

Art. 49. Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

§ 1º No crime culposo, a pena é de um a seis meses, ou multa.

§ 2º Não incorre em crime quem procede à poda ou ao corte de árvore quando o órgão ambiental responsável não responder de maneira fundamentada, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a requerimento que solicita o corte ou a poda em razão da possibilidade de ocorrência de acidente devidamente atestada por profissional habilitado, considerada tacitamente autorizada sua realização quando esgotado o referido prazo.

O art. 3º do PL estabelece que o requerimento para permissão de poda ou de corte será instruído com laudo de empresa ou de profissional habilitado. Seu parágrafo único prescreve que, expirado o prazo para apreciação do requerimento, fica o interessado autorizado a contratar por conta própria empresa ou profissional habilitado para efetuar a poda ou o corte.

Finalmente, o art. 4º prevê cláusula de vigência imediata.

O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados. Neste Senado Federal, a matéria passou pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde o relatório foi aprovado com a Emenda nº 1 – CMA, que substituiu, no PL, em todas as suas ocorrências, a expressão “profissional habilitado” por “profissional credenciado pelo município”.

Em seguida, a matéria veio a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após, será deliberada pelo Plenário.

Na CCJ, não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade formal da proposta, frise-se que a matéria envolve direito penal, o que atrai a competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. Sob o aspecto da constitucionalidade material, não vislumbramos nenhum vício que pudesse

prejudicar a sua análise. Ao contrário, a proposta pauta-se pelo princípio da razoabilidade, como será demonstrado adiante.

De outra parte, não há vícios de juridicidade. A proposta inova o ordenamento jurídico, já que promove alteração relevante na Lei de Crimes Ambientais. O PL se mostra também efetivo, pois produzirá consequência prática importante, ao reduzir excessos punitivos. A espécie normativa é adequada, na medida em que o tema deve ser tratado por lei ordinária. A norma é dotada de generalidade e está adequada aos princípios gerais de Direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao seu mérito, a proposta legislativa é adequada, proporcional e digna de aprovação.

A exposição a perigo, ante a iminente acidente em razão da falta de poda ou de corte de uma árvore, é motivo suficiente para excluir a ilicitude da conduta descrita no *caput* do art. 49 da Lei de Crimes Ambientais.

Com efeito, ao demorar para decidir em tempo hábil acerca dos pedidos de podas de árvores, o Poder Público coloca em risco a integridade física e o patrimônio das pessoas. Não é razoável punir-se o cidadão que, diligentemente, procura prevenir acidentes.

O PL equilibra adequadamente os interesses em jogo, concedendo prazo razoável para manifestação da autoridade pública, após o qual o cidadão estará autorizado a promover a poda ou o corte de árvore, sem receio de persecução penal.

Por outro lado, não estamos de acordo com a Emenda nº 1 da CMA, que torna obrigatório o credenciamento municipal dos profissionais responsáveis por atestar o risco de acidentes, bem como daqueles contratados para efetuar a poda ou o corte de árvores.

Essa alteração criaria apenas mais um entrave burocrático ao cidadão cumpridor dos seus deveres. A redação original do PL, ao exigir que o requerimento seja instruído com laudo de empresa ou de profissional habilitado, já é suficiente para impedir cortes ou podas indevidos.

Não há razoabilidade em se criar um “credenciamento de podador de árvore”. O mercado já se comporta como um regulador suficiente para a matéria, na medida em que as pessoas irão procurar um profissional capacitado para a tarefa.

III – VOTO

Em razão de todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, no mérito, somos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 542, de 2022, com a rejeição da Emenda nº 1 – CMA.**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator